



Soraia Mesquita
**Processamento de Informação Social em
Crianças com Experiências de Adversidade
e Imprevisibilidade**

UMinho | 2019

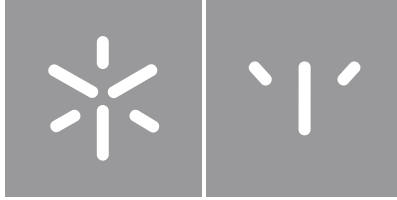


Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Soraia Soares Mesquita

**Processamento de Informação Social
em Crianças com Experiências de
Adversidade e Imprevisibilidade**

junho de 2019



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Soraia Soares Mesquita

**Processamento de Informação Social
em Crianças com Experiências de
Adversidade e Imprevisibilidade**

Dissertação de Mestrado
Mestrado Integrado em Psicologia

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Paula Cristina Martins

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros

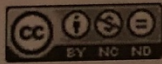
Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Saraia Jesuítca

Agradecimentos

O presente trabalho foi fruto de uma enorme dedicação e aprendizagem, não sendo passível de finalizar sem o contributo de várias pessoas e entidades. Assim, gostaria de dedicar o mesmo a estas e expressar toda a minha gratidão:

Em especial, à Professora Doutora Paula Cristina Martins, por toda a orientação que forneceu ao longo da realização da dissertação, pelo apoio e dedicação que demonstrou, ajudando-me a simplificar o que não poucas vezes era, para mim, complexo, e pelo ensino e paciência, que me permitiram adquirir os conhecimentos necessários à realização do mesmo.

Às casas de acolhimento, outras instituições e encarregados de educação por me abrirem as portas e às crianças abrangidas nas mesmas por me permitirem recolher a informação necessária à concretização deste trabalho.

Aos meus pais, Teresa Soares e Sérgio Mesquita, por me incentivarem a ingressar na universidade e me apoiarem neste longo percurso, tendo me permitido dedicar toda a minha atenção ao mesmo. Sem vocês não teria adquirido as ferramentas necessárias para o fazer ou para finalizar esta jornada.

À Erisnete Silva, por toda a ajuda, não só numa fase essencial da dissertação, mas ao longo do meu desenvolvimento. Sem a tua dedicação e simpatia não teria conseguido obter os resultados que tanto contribuíram para o estudo ou os ensinamentos que me acompanharão o restante percurso da minha vida.

Ao Renato Oliveira, que me forneceu um apoio e carinho imenso não só nas etapas de maior stress, como ao longo dos anos. Tens sido o melhor parceiro que podia pedir.

Aos meus amigos e familiares, pela amizade, apoio e alegria que trazem todos os dias à minha vida.

Declaração de Integridade

Declaração de Integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Soraia Jesuít

Processamento de Informação Social em Crianças com Experiências de Adversidade e Imprevisibilidade

Resumo

Este estudo pretendeu averiguar, através de uma abordagem adaptativa, qual o efeito das experiências de adversidade e imprevisibilidade (i.e., experiências negativas) nos comportamentos de deteção de ameaça e no viés de atribuição hostil de crianças, em condições de *stress*. Para o efeito, constituiu-se uma amostra não probabilística de 67 crianças, dos 7 aos 10 anos de idade. Para induzir a condição de *stress/não stress*, elaboraram-se duas histórias e aplicaram-se três instrumentos para avaliar: (1) experiências negativas; (2) comportamentos de deteção de ameaça; e (3) viés de atribuição hostil. Verificou-se que os comportamentos de deteção de ameaça não estão associados com as experiências negativas. No entanto, crianças com mais experiências adversas têm um melhor desempenho na deteção da ameaça na condição de *não stress*. Adicionalmente, crianças com mais experiências negativas têm um viés de atribuição hostil maior na condição de *não stress*. Este estudo constitui um contributo para a compreensão do efeito das experiências negativas no processamento de informação social e no funcionamento das crianças, podendo ter implicações para a elaboração de programas de intervenção.

Palavras-chave: Deteção de ameaça, controlo inibitório da ameaça, viés de atribuição hostil, *face in the crowd effect*, abordagem adaptativa

Social Information Processing in Children with Adverse and Unpredictable Experiences

Abstract

The purpose of this study was to investigate, through an adaptational approach, the effect of adverse and unpredictable experiences (i.e., negative experiences) on threat detection behavior and hostile attribution bias of children, in stress conditions. To this end, we constituted a non-probabilistic sample of 67 children, from 7 to 10 years of age. We developed two stories to induce the stress/ non-stress conditions and three instruments to assess: (1) negative experiences; (2) threat detection behavior; and (3) hostile attribution bias. We found that threat detection behavior is not correlated with negative experiences. However, children with more adverse experiences have a better performance on the threat detection task in the non-stress condition. Additionally, children with more negative experiences have a higher hostile attributional bias in the non-stress condition. This study contributes to the knowledge about how negative experiences affects children's social information processing and functioning, which can have implications for the elaboration of intervention programs.

Keywords: Threat detection, inhibitory control of threat, hostile attribution bias, face in the crowd effect, adaptation approach

Índice de Conteúdos

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros	ii
Agradecimentos	iii
Declaração de Integridade	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Processamento de Informação Social em Crianças com Experiências de Adversidade e Imprevisibilidade.....	8
Método	12
Participantes	12
Instrumentos	13
Procedimento	16
Resultados	17
Discussão	21
Referências	26
Anexo	30

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Correlação entre os Comportamentos de Detecção da Ameaça e as Experiências Negativas.....	19
Tabela 2 - Correlação entre os Comportamentos de Detecção da Ameaça e as Experiências Negativas, em condições de <i>stress</i>	20
Tabela 3 - Correlação entre o Viés de Atribuição Hostil e as Experiências Negativas	21
Tabela 4 - Correlação entre o Viés de Atribuição Hostil e as Experiências Negativas, em condições de <i>stress</i>	21

Processamento de Informação Social em Crianças com Experiências de Adversidade e Imprevisibilidade

A literatura dominante sobre crianças provenientes de ambientes adversos e imprevisíveis assenta no modelo do défice, que afirma que estas crianças apresentam défices em diversos domínios, devido a fatores genéticos e/ou ambientais que moldam o desenvolvimento neuroanatômico e respostas neuronais (e.g., Brooks-Gunn & Duncan, 1997; Pollak, 2008; Raver, Blair, & Garrett-Peters, 2015). Assim, estas crianças, muitas vezes maltratadas e/ou pobres, apresentam défices no reconhecimento emocional, na linguagem, na aprendizagem, na resolução de problemas, na inteligência geral e na memória, entre outros (e.g., Adamkovic & Martoncik, 2017; Brooks-Gunn & Duncan, 1997; Fernald, Marchman, & Weisleder, 2013; Pollak, Cicchetti, Hornung, & Reed, 2000; Suor, Sturge-Apple, Davis, & Cicchetti, 2017). Adicionalmente, estes défices encontram-se frequentemente associados a insucesso académico (Brooks-Gunn & Duncan, 1997) e comportamentos de risco, como a delinquência e a agressividade (e.g., Ellis, Bianchi, Griskevicius, & Frankenhuis, 2017; Kruger, Reischl, & Zimmermen, 2008).

Por contraste com o modelo do défice, surgiram recentemente estudos que adotam uma abordagem adaptativa (e.g., Ellis et al., 2017; Frankenhuis & Weerth, 2013). Esta abordagem advém de uma perspetiva psicológica evolutivo-desenvolvimental que afirma que as crianças que se desenvolvem em meios adversos e imprevisíveis se adaptam cognitivamente e comportamentalmente aos mesmos (Ellis et al., 2017). Por meio adverso entende-se um ambiente com taxas elevadas de mortalidade e morbilidade (e.g., viver num bairro com criminalidade elevada, ser vítima de maltrato, pobreza, etc). A imprevisibilidade refere-se ao desconhecimento dos resultados que poderão ocorrer para uma dada situação (e.g., uma vítima de violência doméstica pode não saber se naquele dia irá ser maltratada ou não) ou à incerteza face ao futuro, ou seja, do resultado ao longo do tempo (e.g., quantas vezes terá de mudar de casa devido a dificuldades financeiras) (Frankenhuis, Panchanathan, & Nettle, 2016).

A abordagem adaptativa tem por base as hipóteses da especialização e sensibilização. A primeira refere-se ao desenvolvimento de capacidades especializadas e relevantes para meios adversos e imprevisíveis. A segunda pressupõe que estas características se manifestam principalmente quando os indivíduos estão em contextos com condições semelhantes ao meio no qual as adquiriram (e.g., de *stress*) (Ellis et al., 2017). Assim, não só estas características são adaptadas para aquele meio (i.e., relevantes), como são sensíveis ao mesmo. Por exemplo, para uma criança com nível socioeconómico baixo e residente num bairro com níveis elevados de criminalidade é pouco relevante aprender a

resolver problemas abstratos (e.g., problemas de matemática), sendo, no entanto, uma medida muitas vezes utilizada para avaliar a capacidade cognitiva destas. Já aprender a resolver problemas que envolvam recompensa monetária (e.g., compra e venda de produtos) será relevante para a sua sobrevivência e como tal poderão apresentar uma capacidade elevada para a resolução deste tipo de problemas. Aliada a esta abordagem está o conceito de *biological fitness*² que afirma que estas capacidades são adaptativas, no sentido de priorizarem a sobrevivência e a reprodução dos indivíduos nesse ambiente, em prol do bem-estar e saúde mental, como acontecia com os nossos antepassados (Frankenhuis et al., 2016).

Várias investigações têm apoiado a abordagem adaptativa, demonstrando que indivíduos com mais experiências de adversidade e imprevisibilidade apresentam um melhor desempenho em tarefas que exigem capacidades cognitivas relevantes, quando comparados a indivíduos com menos destas experiências. Um exemplo, é a pesquisa de Mittal, Griskevicius, Simpson, Sung e Young (2015) que demonstrou que adultos com mais experiências de adversidade e imprevisibilidade na infância apresentam um desempenho superior na mudança entre diferentes tarefas (i.e., resolvem as diferentes tarefas corretamente mais vezes). No entanto, este desempenho superior apenas surge quando estão sob uma condição de *stress*, verificando assim as hipóteses da especialização e da sensibilização, respetivamente. Adicionalmente, Mittal e colaboradores (2015) verificaram que adultos com mais experiências de adversidade e imprevisibilidade exibem uma menor capacidade de inibição, comparativamente a adultos com menos destas experiências. Enquanto a capacidade de alternar entre tarefas é relevante para indivíduos que se desenvolvem em meios imprevisíveis, dado precisarem de se adaptar a diferentes situações, a capacidade de inibição não o é, dado interferir com a necessidade de tirar proveito de ganhos imediatos (Daly & Wilson, 2005). Assim, a capacidade realçada de alternar entre tarefas desenvolveu-se em detrimento da capacidade de inibição. Isto demonstra que o modelo do défice não está incorreto, mas sim incompleto, pois está em falta o desenvolvimento de características ecologicamente relevantes para crianças de meios adversos e imprevisíveis. Entre estas capacidades realçadas estão o desempenho na aprendizagem emocional (Oomen et al., 2010) e procedimental (Dang et al., 2016), na precisão empática (Kraus, Côté, & Keltner, 2010), na resolução de problemas (e.g. orientada para a recompensa) (Suor et al., 2017), na perceção da mentira (Ein-Dor & Perry, 2014; Frankenhuis, Roelofs, & Vries, 2018), na memória (e.g., para eventos negativos) e na velocidade e precisão cognitiva, entre outras (Ellis et al., 2017).

Estudos realizados no domínio do processamento de informação social (Crick & Dodge, 1994) têm igualmente incidido sob discrepâncias entre crianças de meios adversos e imprevisíveis e crianças de meios normativos (e.g., Dodge, 2006; Pollak, 2008), demonstrando que: (1) crianças maltratadas diferem de crianças não maltratadas, ao nível da deteção de ameaça (Pollak, Messner, Kistler, & Cohn, 2009); e que (2) crianças com comportamentos agressivos diferem das que não têm comportamentos agressivos, ao nível do viés de atribuição hostil (Dodge et al., 2015).

O modelo de processamento de informação social desenvolvido por Crick e Dodge (1994) ocorre em seis etapas, com constante interação entre as mesmas e a base de dados (e.g., esquemas cognitivos): (1) codificação de pistas; (2) interpretação de pistas; (3) clarificação dos objetivos; (4) acesso/construção da ação; (5) decisão da resposta; e (6) implementação comportamental. O reconhecimento emocional, através do qual se pode avaliar a deteção de ameaça, e o viés de atribuição hostil encontram-se nas etapas (1) e (2), respetivamente (Guy, Lee, & Wolke, 2017).

Deteção de Ameaça

A deteção de ameaça é usualmente avaliada através do reconhecimento de expressões faciais de medo (Masten et al., 2008) e de zanga (Pollak et al., 2009), dado ambas poderem indicar ameaça iminente (i.e., ameaça direta nas faces zangadas e ameaça no ambiente nas faces com medo) (Whalen, 1998). O desenvolvimento do reconhecimento de emoções nas faces é contínuo, não havendo diferenças ao nível da precisão dos 7 aos 10 anos de idade (De Sonneville et al., 2002). O reconhecimento da alegria parece surgir primeiro no desenvolvimento, seguido pelo reconhecimento da tristeza, zanga e, posteriormente, pelas expressões de surpresa e medo (Herba & Philips, 2004). A investigação neste domínio demonstrou que crianças maltratadas apresentam tempos de reação menores na deteção de expressões de medo, comparativamente a crianças sem experiências de abuso (Masten et al., 2008). O mesmo verifica-se para a deteção de expressões zangadas (Pollak et al., 2009). Adicionalmente, crianças maltratadas evidenciaram maior precisão na identificação de faces zangadas (e.g., Pollak et al., 2009; Pollak, 2008; Miller, 2015). Um fenómeno com particular interesse para este domínio é o *face in the crowd effect*¹ (FICE), dado o seu carácter mais ecológico e sensível na deteção da ameaça. Trata-se de um procedimento no qual os indivíduos identificam uma face alvo ameaçadora (i.e., zangada ou com medo), mais rapidamente e com maior precisão, do que uma face alvo com outra expressão emocional (e.g., neutra ou triste), numa matriz de faces distratoras (e.g., neutras ou alegres), (e.g., LoBue, 2009; Pinkham, Griefin, Baron, Sasson, & Gur, 2010). Suplementarmente, o FICE reflete um efeito de interferência da ameaça, no qual uma multidão de faces ameaçadoras (i.e., faces zangadas) diminui a precisão na identificação de uma face

¹ Efeito da face na multidão

alvo alegre, por comparação a uma multidão de faces com outra expressão emocional (Pinkham et al., 2010). Adicionalmente, Damjanovic, Pinkham, Clarke e Phillips (2014) realçaram o papel das experiências individuais no FICE, demonstrando que polícias especializados identificavam faces ameaçadoras de forma mais rápida e precisa e que apresentavam um maior controlo inibitório de faces distratoras ameaçadoras (i.e., menor efeito de interferência da ameaça) do que polícias ainda em treino ou sem experiência.

Para as crianças que se desenvolveram em meios adversos e imprevisíveis a capacidade realçada para comportamentos de deteção de ameaça serve uma função protetora (e.g., identificar rapidamente uma ameaça iminente permite uma resposta rápida e adequada, que aumenta a probabilidade de sobrevivência). No entanto, é importante notar que uma hiperativação crónica desta vigilância à ameaça está associada a um risco aumentado de desenvolver perturbações de ansiedade (Miller, 2015) e comportamentos agressivos, transformando o adaptativo em desadaptativo em contextos sociais normativos (Pollak, 2008). Como tal, é essencial compreender melhor a capacidade de deteção de ameaça em crianças provenientes de ambientes adversos e imprevisíveis, de forma a otimizar futuras intervenções.

Viés de Atribuição Hostil

O viés de atribuição hostil refere-se à atribuição de uma intenção maliciosa a um agente de uma provocação ambígua (i.e., não é claro se a provocação foi propositada ou acidental). Dodge (2006) postula que a maior tendência para atribuir uma intenção maliciosa a um provocador hipotético, numa situação ambígua, acontece quando há uma falha na aprendizagem da atribuição benigna (e.g., intenção pró social ou provocação acidental), depois dos quatro anos de idade. A não aprendizagem de uma atribuição benigna poderá ocorrer devido a um trauma, vinculação insegura, modelagem ou diferenças neuroanatómicas (Dodge, 2006). O viés de atribuição hostil está associado a um maior número de respostas de agressividade reativa, mas não proactiva (Dodge et al., 2015). McClure, Laibson, Leowenstein e Cohen (2004) afirmam que a agressividade reativa parece ser um processo automático, tal como a atribuição hostil, que reflete uma adaptação evolutiva a ambientes particulares (e.g., uma resposta automática de agressividade perante uma pessoa que tem a intenção de provocar dano poderá promover a sobrevivência). Assim, o viés de atribuição hostil iria aumentar o *biological fitness*² de crianças de meios adversos e imprevisíveis.

Estudos anteriores verificaram que, crianças agressivas apresentam maior precisão na atribuição hostil quando a provocação é realmente hostil e mais erros quando a provocação é benigna (Dodge, Murphy, & Buchsbaum, 1984). Adicionalmente, Dodge e Somberg (1987) verificaram que a

² Ajustamento biológico

correlação entre comportamentos agressivos e o viés de atribuição hostil é maior quando as crianças se encontram sob condições experimentais de ameaça.

A realização de pesquisas sobre as capacidades de crianças que se desenvolveram em meios adversos e imprevisíveis torna-se relevante visto que, para além de providenciar uma perspectiva mais completa sobre as mesmas, potencia uma melhor compreensão acerca da função destas capacidades. Adicionalmente, uma melhor compreensão das fases iniciais do processamento de informação social em crianças provenientes de ambientes adversos e imprevisíveis poderá ter implicações para a conceção de intervenções mais eficazes com as mesmas, principalmente ao nível do ajustamento social, da ansiedade e de comportamentos agressivos, antissociais e de risco (e.g., *bullying*, delinquência, insucesso escolar etc) (e.g., Brooks-Gunn & Duncan, 1997; Crick & Dodge, 1994; Ellis et al., 2017; Kruger et al., 2008). Intervenções desenvolvidas neste sentido, como o “*Good Behavior Game*”, mostraram já bons resultados, na diminuição de comportamentos disruptivos na sala de aula (Barrish, Saunders, & Wolf, 1969). Assim, um maior conhecimento sobre a função das capacidades destas crianças, poderá contribuir para a realização de intervenção mais eficazes (Ellis et al., 2012). Dado o impacto duradouro das experiências da infância no desenvolvimento a longo prazo (Pollak, 2008) é de grande relevo a elaboração de intervenções que tenham em consideração a função das cognição e comportamentos alvo.

A literatura no domínio da abordagem adaptativa e do processamento de informação social não parece ainda ter clarificado: (1) se as experiências de adversidade e imprevisibilidade na infância estão associadas a um maior viés de atribuição hostil; nem (2) qual o desempenho de crianças provenientes de meios adversos e imprevisíveis em tarefas de deteção da ameaça e controlo inibitório da ameaça (i.e., comportamentos de deteção da ameaça), em condições de *stress*, por comparação a crianças de meios normativos. Em adição, as investigações que fornecem suporte à abordagem adaptativa são maioritariamente realizadas com amostras de indivíduos adultos (e.g., Frankenhuis et al., 2018; Mittal et al., 2015).

Dadas as lacunas existentes na literatura, procuramos compreender, se as experiências de adversidade e imprevisibilidade, que doravante designaremos, por conveniência, como experiências negativas, estão associadas ao desempenho de crianças em tarefas de (1) deteção de ameaça, (2) controlo inibitório da ameaça e (3) viés de atribuição hostil, sob condição de *stress* e sem condição de *stress*. Adicionalmente, pretende-se verificar se o desempenho nestas tarefas é predito pelas

experiências negativas, dado estas últimas surgirem primeiro no desenvolvimento. Com base na literatura e nas hipóteses da especialização e sensibilização, espera-se que: (H1) o melhor desempenho na tarefa de deteção da ameaça esteja associada a mais experiências negativas; (H2) as experiências negativas sejam preditoras do desempenho na tarefa de deteção de ameaça; (H3) a associação entre as experiências negativas e o desempenho na tarefa de deteção da ameaça seja significativamente mais elevada em condição de *stress* do que na condição sem *stress*; (H4) o melhor desempenho na tarefa de controlo inibitório da ameaça esteja associada a mais experiências negativas; (H5) as experiências negativas sejam preditoras do melhor desempenho na tarefa de controlo inibitório da ameaça; (H6) a associação entre as experiências negativas e o desempenho na tarefa de controlo inibitório da ameaça seja significativamente mais elevada em condição de *stress* do que na condição sem *stress*; (H7) um maior viés de atribuição hostil esteja associado a mais experiências negativas; (H8) as experiências negativas sejam preditoras de um maior viés de atribuição hostil; e (H9) a associação entre as experiências negativas e o viés de atribuição hostil seja significativamente mais elevada em condição de *stress* do que na condição sem *stress*. As variáveis acima enunciadas foram operacionalizadas da seguinte forma: “desempenho na tarefa de deteção da ameaça” foi avaliado mediante a precisão na identificação de faces alvo ameaçadoras e o “desempenho na tarefa de controlo inibitório da ameaça” foi avaliada através da precisão na identificação de faces alvo com outras expressões emocionais, inseridas numa multidão de faces ameacedoras. Para a avaliação das experiências negativas utilizou-se o total de experiências de adversidade e imprevisibilidade.

Método

Participantes

No presente estudo constituiu-se uma amostra intencional de 67 crianças (32 feminino, 35 masculino) portuguesas, com idades compreendidas entre os 7 e 10 anos ($M = 8.37$, $SD = 0.97$), que frequentavam o 2º, 3º e 4º anos de escolaridade ($M = 3.01$, $SD = 0.84$), de níveis socioeconómicos diversos (30 SES baixo, 16 SES médio-baixo, 5 SES médio-alto e 16 SES alto). Estas crianças foram selecionadas de casas de acolhimento ($N = 24$) do norte de Portugal, e de meios “normativos”, provenientes da comunidade (i.e., um ATL, um centro de estudos e uma amostra de conveniência) ($N = 43$), da cidade do Porto. Na base deste critério de amostragem esteve a expectativa de encontrar mais experiências negativas em crianças de casas de acolhimento do que em crianças da comunidade, o que se veio a confirmar, mediante testes de Mann-Whitney, $p < .001$. Dado haver a possibilidade de o

nível intelectual afetar as variáveis em estudo, estabelecemos como fator de exclusão o défice cognitivo (Masten et al., 2008).

Instrumentos

Para a finalidade do estudo, foram elaborados e aplicados seis instrumentos. Destes, dois são questionários que avaliam as questões sociodemográficas e as experiências de adversidade e imprevisibilidade (i.e., experiências negativas) das crianças; dois têm o objetivo de avaliar os comportamentos de deteção da ameaça (i.e., deteção da ameaça e controlo inibitório da ameaça) e o viés de atribuição hostil, com recurso a material visual e a vinhetas, respetivamente. Foram ainda criadas duas histórias, uma das quais com conteúdo suscetível de induzir *stress* no leitor/ouvinte e outra de conteúdo neutro deste ponto de vista.

Questionário sociodemográfico inquire sobre a idade, a escolaridade, o nível socioeconómico (baixo= escalão A; médio-baixo= escalão B; médio-alto= escalão C; alto= sem escalão), a nacionalidade e a instituição da criança (i.e., identificação da casa de acolhimento ou escola).

Questionário de Experiências de Adversidade e Imprevisibilidade (i.e., experiências negativas) da criança foi medida através de 15 itens. Destes, 5 questionavam sobre experiências de imprevisibilidade e eram inspirados nas questões utilizadas no estudo de Mittal e colaboradores (2015) para avaliar a imprevisibilidade, nos itens empregues por Raver e colaboradores (2015) para avaliar o *household chaos*⁴ e no instrumento *Confusion, Hubbub, and Order Scale* (CHAOS; Matheny, Wachs, Ludwig, & Phillips, 1995) para avaliar a confusão no ambiente. Os itens deste questionário referem-se à instabilidade na casa da família (“Quantas vezes é que já mudaste de casa?”; “Na minha casa estão sempre a entrar e a sair pessoas”), à rotina da casa (“Na minha casa não há horários para nada”), à desorganização na casa (“Na minha casa está sempre tudo desarrumado”) e ao barulho na casa (“Na minha casa toda gente fala aos berros”). Os itens são respondidos numa escala de likert de 4 pontos, quanto ao nível de concordância, com exceção do primeiro item que era respondido quanto ao número de mudanças de habitação. Os restantes 10 itens questionavam sobre experiências de adversidade e eram baseadas nos itens do *Neighborhood Violence Scale* (Frankenhuis et al., 2018) e na versão reduzida do *Adverse Childhood Experiences Questionnaire* (ACE; Felitti et al., 1998), validado para jovens dos 13 aos 24 anos de idade e adaptado para a população portuguesa (Pinto, Correia, & Maia, 2014). Estas questões pretendiam avaliar: (1) adversidade na vizinhança (“O sítio onde vives tem roubos, violência ou brigas?”); (2) abuso emocional e físico (“Já alguma vez um adulto te chamou nomes feios, te tratou mal ou foi violento contigo?”); (3) *bullying* (“Já alguma vez uma criança te tratou

⁴Caos no lar

mal ou foi violento contigo?"); (4) negligência emocional ("Achas que na tua família se importam contigo e gostam de ti?"); (5) negligência física ("Alguma vez te aconteceu ires para a cama com fome porque não tinhas comida em casa, ou ires para a escola com muito frio ou com muito calor porque não tinhas roupa quente de inverno ou roupa fresca de verão?"); (6) separação ou divórcio ("Os teus pais separaram-se ou divorciaram-se?"); (7) violência interpaparental ("Em casa, costuma haver muitas discussões ou violência entre os adultos?"); (8) nível socioeconómico familiar (medida indiretamente avaliada através do escalão escolar, no questionário sociodemográfico); (9) mortalidade e morbilidade no meio ("Já te aconteceu que uma pessoa que tu gostasses muito ou que conhecesses tivesse ficado muito doente ou tivesse morrido?") e; (10) morbilidade do próprio ("E tu, já tiveste ou tens uma doença grave?"). Os itens foram respondidos através de uma escala de likert de 4 pontos, com exceção dos itens 9 e 10 que tinham uma resposta dicotómica ("sim"/"não"), seguido de uma questão sobre o número de mortes e doenças graves.

Instrumentos das Condições de Stress. Na primeira condição, a condição sem *stress*, narrou-se oralmente um conto neutro – "O dia do Pedro". Na segunda condição, a condição de *stress*, construiu-se um conto oral, visando replicar a condição de *stress* utilizada no estudo de Mittal e colaboradores (2015) - uma notícia sobre a instabilidade económica - mas adaptada a crianças. Assim, esta história, intitulada de "A história do pequeno João", era sobre um menino de uma família muito pobre, que tinha de pedir dinheiro na rua para ter roupa e comida e que um dia, após chegar a casa sem dinheiro, é expulso pelo pai. No final da experiência, de forma a diminuir o humor negativo da criança induzido pelo conto, terminava-se a história com um final feliz. De forma a que as histórias fossem mais relevantes para os participantes, foram acompanhadas pela apresentação de uma imagem da personagem principal do conto (i.e., de uma criança) e fez-se corresponder o género desta ao género do participante.

Instrumentos dos Comportamentos de Detecção da Ameaça (i.e., detecção da ameaça e controlo inibitório da ameaça) foi realizado através do procedimento do *face in the crowd effect*. Desta forma, fez-se recurso do NIMH-ChEFS (Egger et al., 2011), uma base de dados de 482 fotografias, validadas para adultos e adolescentes, de 52 crianças diferentes, apresentando expressões faciais que traduzem emoções de medo, tristeza, felicidade, zanga e neutralidade. Destas seleccionaram-se 24 conjuntos de fotografias (i.e., 24 matrizes constituídas por 9 fotografias cada) de acordo com o método adotado no estudo de LoBue (2009) para avaliar o *face in the crowd effect*. Cada conjunto continha um número de faces com crianças do sexo masculino e feminino semelhante, sendo a posição das 9 fotografias aleatorizada para cada conjunto, tal como a ordem de apresentação dos conjuntos. Destes 24

conjuntos de fotografias: (1) 8 avaliavam a deteção da ameaça (i.e., cada conjunto continha 1 fotografia alvo com uma face ameaçadora – zangada ou com medo – e 8 fotografias distratoras com faces neutras ou felizes); e (2) 8 avaliavam o controlo inibitório da ameaça (i.e., cada conjunto continha 8 fotografias distratoras com faces ameaçadoras – zangadas ou com medo – e 1 fotografia com uma face alvo neutra ou feliz). Os restantes 8 conjuntos não foram alvos de análise pois não tinham uma fotografia alvo (i.e., cada conjunto continha 9 fotografias em que todas as faces tinham a mesma expressão emocional – felizes, neutras, zangadas ou com medo). Os 24 conjuntos de fotografias, mencionadas anteriormente, foram divididos pelas 2 condições experimentais (i.e., condição de *stress* e sem *stress*), de forma similar - 12 conjuntos cada. Assim, cada condição experimental continha (1) 4 conjuntos para avaliar a deteção da ameaça; (2) 4 conjuntos para avaliar o controlo inibitório da ameaça (i.e., menor interferência das faces distratoras ameaçadoras); e (3) 4 conjuntos sem face alvo, que não foram alvos de avaliação. A tarefa foi igualmente precedida por 2 conjuntos treino no início do instrumento de forma a esclarecer quaisquer dúvidas e a garantir a compreensão da tarefa. Todas as fotografias foram apresentadas num PC portátil com um processador de 2,6 GHz Intel i5 e um ecrã de 13 polegadas com resolução 2560 x 1600, enquanto as perguntas e respostas foram realizadas de forma oral. As fotografias no primeiro instrumento apresentavam um tamanho de 4.5 cm (largura) e 6.9 cm (altura).

Instrumento do Viés de Atribuição Hostil foi medido através de um instrumento constituído por 10 vinhetas, duas retiradas e traduzidas a partir de estudos anteriores (Crick, 1995; Castro, Slot, Bosch, Koops, & Veerman 2003) e oito elaboradas para os efeitos deste estudo. Para a construção destas vinhetas realizou-se um grupo focal com 7 alunos do 3º e 4º ano de escolaridade (2 raparigas e 5 rapazes). A estes foi pedido que relatassem histórias em que algum colega tenha feito algo de que não gostaram. As 10 vinhetas finais descrevem situações hipotéticas, nas quais uma criança é provocada de forma ambígua por outra. No final de cada vinheta eram colocadas duas questões: (1) “Porque é que o provocador agiu daquela forma” (medida direta do viés de atribuição hostil) e; (2) “Achas que o teu colega estava a tentar ser mau para ti” (medida indireta do viés de atribuição hostil), como realizado em estudos anteriores (Castro et al., 2003; Fite et al., 2008). A primeira pergunta era respondida através da escolha de uma entre quatro opções diferentes, sendo que duas delas refletem uma intenção benigna e as outras duas uma intenção hostil. Para a categorização destas opções realizou-se um acordo interjuizes, com 13 juizes (1 masculino, 12 femininos), dos 22 aos 27 anos de idade e a frequentar o ensino superior, obtendo um grau de acordo excelente ($k = 0.91$) (Fleiss, 1981).

A segunda pergunta era respondida através de uma escala de likert de 4 pontos, quanto ao nível de maldade na intenção do provocador. Do conjunto das 10 vinhetas, cinco contêm provocações instrumentais (i.e., o provocador causa dano físico ou material na outra criança) e as restantes provocações relacionais (i.e., o provocador causa dano nas relações interpessoais da outra criança, como o dano da sua reputação). Elaborou-se um número equivalente de vinhetas instrumentais e relacionais para controlar efeitos de género (Mathieson et al., 2011). Para a categorização das 10 vinhetas foi realizado igualmente um acordo interjuizes com os mesmos juizes descritos anteriormente, obtendo um grau de acordo bom ($k = 0.75$) (Fleiss, 1981). As vinhetas foram distribuídas pelas 2 condições experimentais (i.e., *stress* e sem *stress*) – 5 em cada – tendo a sua ordem de apresentação sido aleatorizada por condição.

Dado todos os instrumentos mencionados acima terem sido contruídos para o efeito deste estudo, realizou-se um estudo piloto com 6 crianças (5 masculino, 1 feminino) do 1º, 4º, 5º, 6º e 7º ano de escolaridade e dos 7 aos 12 anos de idade ($M = 9.33$; $SD = 1.86$), de forma a pré-validar os mesmos. No decorrer deste estudo os instrumentos foram sendo ajustados de acordo com as dificuldades encontradas (e.g., devido à ineficácia da condição de *stress*, segundo o relato subjetivo das crianças, quando se fazia recurso a histórias já conhecidas, como a de “*Hansel e Gretel*”, construiu-se uma história nova).

Procedimento

Uma vez submetido à apreciação da Comissão de Ética da Universidade do Minho e obtidas as autorizações necessárias à sua realização do ATL, centro de estudos e casas de acolhimento, foram entregues envelopes fechados aos encarregados, contendo o formulário de consentimento informado e um conjunto de questões sociodemográficas. Foi ainda obtido o assentimento de cada criança para participar no estudo. Após obtidos os consentimentos, foi agendada a administração dos instrumentos com cada uma das crianças.

A primeira metade da experiência foi realizada sob condição sem *stress* e a segunda metade foi realizada sob condição de *stress*.

A primeira metade da experiência começou pelo conto da história “O dia do Pedro”. Em segundo lugar, aplicamos os primeiros 12 conjuntos do instrumento de avaliação dos comportamentos de deteção da ameaça, correspondentes à condição sem *stress*. Para tal, explicou-se à criança que em cada conjunto de 9 fotografias de faces de crianças apresentadas, deveria indicar se apresentavam todas a mesma expressão emocional ou se uma das fotografias era diferente. Referimos ainda que se houvesse uma

fotografia com uma emoção diferente ela deveria apontá-la, e exemplificamos. A terceira tarefa consistiu na avaliação do viés de atribuição hostil através das primeiras 5 vinhetas do respetivo instrumento, correspondentes à condição sem *stress*. Assim, pedimos à criança para imaginar que é a protagonista da história relatada, após o que fizemos as duas perguntas correspondentes à vinheta.

Na segunda metade da experiência narrou-se a primeira parte do conto “A história do pequeno João”, de forma a iniciar a condição de *stress*. De seguida finalizou-se a aplicação dos instrumentos anteriores: 12 conjuntos do instrumento de avaliação dos comportamentos de deteção da ameaça e 5 vinhetas do instrumento do viés de atribuição hostil, correspondentes à condição de *stress*.

Em seguida finalizou-se o conto da “história do pequeno João”. Após isto, foi preenchido o instrumento de experiências negativas e, no final, realizou-se uma sessão de *debriefing*. Depois da aplicação de todos os instrumentos, todos os participantes foram recompensados com um chupa-chupa. Esta foi realizada individualmente em salas ou espaços silenciosos, de forma a garantir a privacidade e a menor interferência de variáveis extrínsecas, tendo tido uma duração média de 40 minutos.

Resultados

Para a análise dos dados, recorreu-se ao software SPSS Statistics v.24. Desta forma, realizaram-se análises descritivas das experiências negativas, do desempenho nas tarefas de deteção e controlo inibitório da ameaça e do viés de atribuição hostil. Para testar as hipóteses H1, H3, H4, H6, H7 e H9 aplicaram-se testes correlacionais. De forma a testar as hipóteses H2, H5 e H8 aplicaram-se regressões lineares, tendo se verificado os pressupostos necessários aos mesmos. Adicionalmente, realizaram-se testes de diferenças entre grupos de forma a verificar se na amostra presente existiam diferenças de género no viés de atribuição hostil em função da categoria da vinheta (i.e., provocação instrumental ou relacional), conforme sugere a literatura.

Testes Kolmogorov-Smirnov indicaram uma distribuição não normal das variáveis em estudo, com exceção da medida indireta do viés de atribuição hostil. Como tal, foram realizados Correlações de Spearman para as variáveis sem uma distribuição normal (i.e., deteção da ameaça, controlo inibitório da ameaça, medida de viés de atribuição hostil direta e experiências negativas) e Correlações de Pearson para a medida de viés de atribuição hostil indireto.

Análises descritivas do questionário de experiências negativas demonstraram que a pontuação total variava entre 2 e 34 ($M = 10.97$, $DP = 6.49$), sendo que a pontuação para as experiências de adversidade variava entre 1 e 20 ($M = 6.66$, $DP = 4.03$) e para as experiências de imprevisibilidade entre 0 e 15 ($M = 4.31$, $DP = 3.30$). Adicionalmente, a pontuação de viés de atribuição hostil variava entre 1

PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÃO SOCIAL

e 8 ($M = 4.84$, $DP = 2.12$) para a medida direta e entre .10 e 2.60 ($M = 1.30$, $DP = .65$) para a medida indireta. Verificou-se ainda que o número de acertos na tarefa de detecção da ameaça variava entre 2 e 8 ($M = 5.67$, $DP = 1.42$), e na tarefa de controlo inibitório da ameaça variava entre 3 e 8 ($M = 6.04$, $DP = 1.33$).

Ao analisar a precisão na detecção da ameaça, verificou-se que esta apenas tinha uma correlação marginalmente significativa com as experiências negativas, $r_s = .24$, $p = .055$. No entanto, ao analisar apenas as experiências de adversidade, verificou-se uma associação positiva significativa entre esta e a precisão na detecção da ameaça $r_s = .27$ $p < .050$. Constatou-se ainda que o modelo de regressão para a predição da precisão na detecção da ameaça era significativo $F(1,65) = 4.56$, $p < .05$, explicando 7% da variância, $R^2 = .07$ ($R^2A = .05$). A maior precisão na detecção da ameaça foi predizida por mais experiências de adversidade, $\beta = .26$, $t = 2.13$, $p < .05$. Adicionalmente, a precisão na detecção da ameaça apenas tinha uma associação positiva marginalmente significativa com as experiências negativas, na condição de *stress*, $r_s = .21$, $p = .092$, mas não na condição sem *stress*, $r_s = .20$, $p = .109$. No entanto, ao analisar apenas as experiências de adversidade, verificou-se uma associação positiva significativa entre esta e a precisão na detecção da ameaça, mas somente na condição sem *stress*, $r_s = .28$, $p < .050$.

Tabela 1

Correlação entre os Comportamentos de Detecção da Ameaça e as Experiências Negativas

	Comportamentos de detecção da ameaça					
	Detecção da ameaça			Controlo inibitório da ameaça		
	Total	Faces zangadas	Faces com medo	Total	Faces zangadas	Faces com medo
Experiências Negativas	^a ,24 ⁺	^a ,21 ⁺	^a ,20	^a ,13	^a ,29*	^a ,08
Experiências de Adversidade	^a ,27*	^a ,30*	^a ,15	^a ,09	^a ,26*	^a ,13
Experiências de Imprevisibilidade	^a ,11	^a ,06	^a ,16	^a ,11	^a ,22 ⁺	^a ,03

^a r_s (rô de Spearman).

⁺ $p < .10$, * $p < .05$

PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÃO SOCIAL

Ao analisar o controlo inibitório da ameaça, apurou-se que esta não estava significativamente associada com as experiências negativas, $r_s = .13$, $p = .288$. No entanto, ao analisar o controlo inibitório com apenas multidões de faces distratoras zangadas, foi possível verificar que esta estava positiva e significativamente correlacionada com as experiências negativas, $r_s = .29$, $p < .050$. Verificou-se ainda que o modelo de regressão para a predição do controlo inibitório da ameaça era significativo $F(1,65) = 5.27$, $p < .05$, explicando 8% da variância, $R^2 = .08$ ($R^2A = .06$). O maior o controlo inibitório da ameaça foi predizida por mais experiências negativas, $\beta = .27$, $t = 2.30$, $p < .05$. Adicionalmente, não existe uma associação significativa entre o controlo inibitório da ameaça e as experiências negativas na condição sem *stress*, $r_s = .14$, $p = .277$, ou na condição de *stress*, $r_s = .12$, $p = .347$. No entanto, ao analisar apenas as experiências de imprevisibilidade, constatou-se que estas tinham uma correlação negativa marginalmente significativa com o controlo inibitório da ameaça, mas unicamente na condição sem *stress*, $r_s = .23$, $p = .058$.

De forma a realizar uma Correlação de Pearson entre as variáveis de viés de atribuição hostil indireta e as experiências negativas, efetuou-se uma transformação nesta última, através de uma função raiz quadrada (sqrt), dado a mesma não apresentar uma distribuição normal. Após esta transformação as variáveis de experiências negativas e experiências de adversidade apresentavam uma distribuição normal.

Tabela 2

Correlação entre Comportamentos de Detecção da Ameaça e as Experiências Negativas, em condições de stress

	Comportamentos de deteção da ameaça			
	Deteção da ameaça		Controlo inibitório da ameaça	
	Condição	Condição	Condição sem	Condição
	sem <i>stress</i>	de <i>stress</i>	<i>stress</i>	de <i>stress</i>
Experiências Negativas	^a ,20	^a ,21 ⁺	^a ,14	^a ,12
Experiências de Adversidade	^a ,28*	^a ,19	^a ,04	^a ,15
Experiências de Imprevisibilidade	^a ,05	^a ,13	^a ,23 ⁺	^a ,03

^a r_s (rô de Spearman).

⁺ $p < .10$, * $p < .05$

PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÃO SOCIAL

Analisando a medida de viés de atribuição hostil direta, verificou-se que não existe uma correlação significativa entre esta e as experiências negativas, $r_s = .13$, $p = .310$. Da mesma forma, a medida de viés de atribuição hostil indireta não estava associada significativamente com as experiências negativas, $r = .19$, $p = .132$. No entanto, ao analisar apenas as experiências de adversidade, verificou-se uma associação positiva significativa entre esta e a medida de viés de atribuição hostil indireta $r = .25$, $p < .05$. Observou-se ainda que o modelo de regressão para a predição da medida de viés de atribuição hostil indireta era significativo $F(1,65) = 4.31$, $p < .05$, explicando 6% da variância, $R^2 = .08$ ($R^2A = .05$). O maior viés de atribuição hostil foi predizida por mais experiências de adversidade, $\beta = .25$, $t = 2.08$, $p < .05$. Adicionalmente, não se verificou uma correlação significativa entre as experiências negativas e a medida de viés de atribuição hostil direta na condição sem *stress* $r_s = .12$, $p = .322$, ou na condição de *stress* $r_s = .07$, $p = .586$. No entanto, ao analisar apenas as experiências de adversidade obteve-se uma associação positiva marginalmente significativa entre esta e o viés de atribuição hostil direto na condição sem *stress*, $r_s = .21$, $p = .087$. Verificou-se ainda uma associação positiva significativa entre as experiências negativas e a medida de viés de atribuição hostil indireta quando na condição sem *stress* $r = .25$, $p < .050$, mas não na condição de *stress* $r = .08$, $p = .539$.

Tabela 3

Correlação entre o Viés de Atribuição Hostil e as Experiências Negativas

	Viés de Atribuição Hostil	
	Medida Direta	Medida Indireta
Experiências Negativas	^a ,13	,19
Experiências de Adversidade	^a ,19	,25*
Experiências de Imprevisibilidade	^a ,03	^a ,03

^a r_s (rô de Spearman).

* $p < .05$

No que se refere às diferenças de género no viés de atribuição hostil, em função da categoria da vinheta (i.e., provocação instrumental ou relacional), realizou-se uma ANOVA Bifatorial Mista. Assim, não se verificou um efeito de interação entre o tipo de provocação da vinheta (i.e., provocação relacional ou instrumental) e o sexo do participante, $F(1, 65) = 0.29$, $p = .590$. Adicionalmente, não se verificaram

efeitos principais significativos do sexo, $F(1, 65) = 0.05$, $p = .832$, ou do tipo de provocação da vinheta, $F(1, 65) = 0.67$, $p = .417$.

Tabela 4

Correlação entre o Viés de Atribuição Hostil e as Experiências Negativas (N = 67), em condições de *stress*

	Viés de Atribuição Hostil			
	Medida Direta		Medida Indireta	
	Condição sem <i>stress</i>	Condição de <i>stress</i>	Condição sem <i>stress</i>	Condição de <i>stress</i>
Experiências Negativas	^a ,12	^a ,07	-,25*	,08
Experiências de Adversidade	^a ,21 ⁺	^a ,10	-,28*	,15
Experiências de Imprevisibilidade	^a ,04	^a -,03	^a ,07	^a -,04

^a r_s (rô de Spearman).

⁺ $p < .10$, * $p < .05$

Discussão

No presente estudo procuramos perceber o efeito das experiências negativas (i.e., experiências de adversidade e imprevisibilidade) nos comportamentos de detecção da ameaça, ou seja, no desempenho nas tarefas de detecção e de controlo inibitório da ameaça, em crianças. Ao analisar os resultados verificou-se que: (1) quanto mais experiências adversas maior precisão na identificação de faces alvo ameaçadoras; e (2) quanto mais experiências negativas maior controlo inibitório de faces zangadas. Adicionalmente, os resultados sugerem que: (1) experiências adversas predizem a maior precisão na identificação de faces alvo ameaçadoras; e (2) experiências negativas predizem o maior controlo inibitório de faces zangadas. Assim, os resultados são mistos, fornecendo apoio à primeira e segunda hipótese, se forem considerados apenas as experiências adversas, e apoio à quarta e quinta hipótese, se forem consideradas apenas as faces zangadas, como foi realizado em estudos anteriores (e.g., Damjanovic et al., 2014; Frankenhuys et al., 2018; Humphreys et al., 2015; Pinkham et al., 2010). No entanto, se considerarmos o total de faces ameaçadoras e de experiências negativas, tal como foi estabelecido na primeira, segunda, quarta e quinta hipótese, estas não são aceites.

Procurou-se ainda compreender se a associação entre as experiências negativas e os comportamentos de detecção da ameaça é significativamente maior em condição de *stress*. Assim, verificou-se que, ao contrário do que era esperado: (1) associação entre a precisão na identificação de faces ameaçadoras e as experiências adversas é maior na condição sem *stress*, por comparação à condição de *stress*; e (2) associação entre o controlo inibitório da ameaça e as experiências de imprevisibilidade é marginalmente maior na condição sem *stress*, por comparação à condição de *stress*. Adicionalmente, se considerarmos as experiências negativas como um todo não verificamos associações significativas em nenhuma das condições de *stress*. Desta forma, os resultados não fornecem suporte à terceira ou sexta hipótese, respetivamente.

Ao tentar compreender o efeito das experiências negativas no viés de atribuição hostil, verificou-se que quanto mais experiências adversas, maior o viés de atribuição hostil da criança. Adicionalmente, os resultados sugerem que as experiências adversas predizem o maior viés de atribuição hostil. No entanto, não se verificou uma associação entre as experiências negativas como um todo e o viés de atribuição hostil, não sendo suportada a sétima ou oitava hipótese. Ao analisar a associação entre as experiências negativas e o viés de atribuição hostil nas condições de stress, os resultados demonstraram que esta associação é maior na condição sem *stress*, do que na condição de *stress*, ao contrário do que era esperado. Assim, a nona hipótese também não se verifica.

Embora não existam estudos que explorem os comportamentos de detecção da ameaça, através do procedimento FICE, em crianças com experiências negativas, os resultados obtidos para a primeira e quarta hipótese vão ao encontro dos resultados obtidos no estudo de Damjanovic e colaboradores (2014). Estes demonstraram uma maior precisão na identificação de faces zangadas e maior controlo inibitório em multidões de faces zangadas com polícias mais experientes, em relação aos quais se assume uma maior exposição a situações adversas (e.g., de violência). Apesar de estudos como o de LoBue (2009) demonstrarem também o efeito FICE com faces assustadas, o mesmo não se verificou neste estudo. Isto pode dever-se a uma menor sensibilidade das faces assustadas para medir a detecção ou interferência da ameaça, dado serem uma medida indireta de ameaça iminente (Whalen, 1998) e como tal, serem menos relevantes para crianças com experiências negativas. Isto parece ser corroborado pela ausência de estudos que demonstrem uma maior precisão na identificação de faces assustadas em crianças maltratadas, por comparação a crianças não maltratadas (e.g., Pollak et al., 2009), verificando-se diferenças apenas ao nível do tempo de reação (Masten, 2008). Da mesma forma, é possível que a detecção da ameaça seja mais relevante para crianças com mais experiências adversas, mas não para

crianças com mais experiências de imprevisibilidade, explicando a presença de uma correlação e predição com a primeira, mas não com a última.

Ainda que os comportamentos de detecção da ameaça não tenham sido estudados em crianças com experiências negativas, sob condições de *stress*, seria esperado, segundo a hipótese da sensibilização, que a indução de *stress* aumentasse a associação entre as experiências negativas e o desempenho em tarefas de detecção da ameaça. Curiosamente, o efeito oposto parece ter ocorrido, dado o desempenho nas tarefas de detecção da ameaça e de controlo inibitório da ameaça terem sido melhores na condição sem *stress*. É possível que isto tenha sucedido devido a uma ineficácia da condição de *stress* e/ou a um défice na atenção sustentada em crianças com mais experiências negativas - dado a condição de *stress* ser inserida na segunda metade de uma experiência extensa. Estudos como o de Pollak e colaboradores (2010) vão ao encontro desta hipótese, dado demonstrarem um maior défice na atenção sustentada visual em crianças que estiveram a viver em casas de acolhimento durante mais tempo (i.e., com mais experiências negativas), por comparação a crianças que nunca viveram em casas de acolhimento ou que viveram durante um período curto de tempo. Adicionalmente, verificou-se que as experiências de imprevisibilidade estavam marginalmente associadas ao melhor desempenho na tarefa de controlo inibitório, na condição sem *stress*, o que diverge de investigações anteriores (e.g., Mittal et al., 2015). Este resultado vai também contra a suposição de que o controlo inibitório pode prejudicar o proveito de ganhos imediatos, importante para crianças que se desenvolvem em meios imprevisíveis (Daly & Wilson, 2005). No entanto, é possível que o controlo inibitório de estímulos ameaçadoras seja relevante em condições de imprevisibilidade, dado a atenção a estímulos negativos poder interferir com o aproveitamento de estímulos positivos imediatos. Estudos anteriores demonstraram a importância da especificidade das características da tarefa quando em interação com o desenvolvimento em ambientes diferentes. Por exemplo, Dang e colaboradores (2016) demonstraram que crianças pobres, embora apresentem um défice na integração de informação quando é necessário recorrer à memória de trabalho, apresentam uma capacidade realçada na integração de informação através da aprendizagem procedimental, por comparação a crianças não pobres.

Até ao momento, e de acordo com o nosso conhecimento, não existem estudos que analisem o viés de atribuição hostil em crianças com experiências negativas. No entanto, os estudos mostram, de forma consistente, que o maior viés de atribuição hostil está correlacionado com mais comportamentos agressivos (e.g., Dodge et al., 2015; Mathieson et al., 2011), aos quais se associam mais experiências de adversidade (e.g., Haller, Harold, Sandi, & Neumann, 2014). Assim, os resultados

demonstram de facto que mais experiências de adversidade estão correlacionadas e predizem um maior viés de atribuição hostil. No entanto, não existe associação com as experiências negativas, o qual se pode dever, novamente, à maior relevância da atribuição de uma intenção maliciosa em ambientes adversos, mas não imprevisíveis. Adicionalmente, os resultados demonstraram que o viés de atribuição hostil e as experiências negativas apenas se correlacionam na condição sem *stress*, ao contrário do que seria de esperar segundo a hipótese da sensibilização. Tal como acontece para os comportamentos de deteção da ameaça, é possível que exista um défice na atenção sustentada das crianças com mais experiências negativas (e.g., McDermott, Westerlund, Zeanah, Nelson, & Fox, 2012), aliada a uma ineficácia da condição de stress. É de notar que ainda só se verificaram resultados significativos na medida de viés de atribuição hostil indireto, o qual se pode dever à maior sensibilidade desta medida, por comparação à medida de viés de atribuição hostil direta.

Dado esta investigação ter uma vertente exploratória, é possível que os resultados se devam a variáveis extrínsecas não controladas ou recorrentes do processo de amostragem, tais como: (1) dimensão da amostra; (2) diferentes condições durante a aplicação da experiência (e.g., no centro de estudos havia mais barulho do que nas casas de acolhimento); e (3) temperamento, estado emocional, ansiedade, psicopatologia (i.e., perturbações de humor e de ansiedade) e agressividade dos participantes. Adicionalmente, os resultados podem estar limitados pela fragilidade dos instrumentos, os quais não foram alvos de validação rigorosa, não se sabendo por isso a fidelidade ou fiabilidade dos mesmos. Assim, não foi possível avaliar: (1) a consistência interna do questionário de experiências negativas; (2) se as situações narradas nas vinhetas relatam verdadeiramente situações de provocação ambígua, embora se verifique variabilidade de resposta; ou (3) se as fotografias utilizadas no instrumento de avaliação dos comportamentos de deteção da ameaça são válidas para crianças. É ainda de notar que, embora tenhamos realizado um pré-teste de forma a adequar o procedimento aos objetivos pretendidos, não foi possível verificar a eficácia da condição de *stress* utilizada.

Não obstante às várias limitações do estudo, os resultados parecem suportar a hipótese de especialização da abordagem adaptativa, demonstrando, ainda que com cautela, que capacidades relevantes, tais como a deteção da ameaça e a atribuição de uma intenção maliciosa, estão realçadas em crianças com mais experiências negativas, principalmente nas que têm mais experiências adversas. Adicionalmente, os resultados parecem dar indicações sobre que experiências predizem e tornam relevantes o desenvolvimento destas competências. Estas adaptações parecem também ir ao encontro do *biological fitness*² referido por Frankenhuis e colegas (2016), dado a deteção da ameaça e

a atribuição de uma intenção maliciosa poderem ser competências relevante para a sobrevivência dos indivíduos em meios adversos. No entanto, a hipótese de sensibilização da abordagem adaptativa não parece ser suportada pelos resultados obtidos. Assim, este estudo contribui para a literatura crescente no domínio da abordagem adaptativa, apontando as fases iniciais do processamento da informação social, isto é, a deteção da ameaça, o controlo inibitório da ameaça e a atribuição de uma intenção maliciosa, como algumas das capacidades realçadas destas crianças. Adicionalmente, aponta para a possibilidade de estas competências não se revelarem apenas em situações com condições semelhantes ao ambiente onde as adquiriam, contribuindo assim para o desenvolvimento de perturbações da ansiedade e de comportamentos agressivos (e.g., Miller, 2015; Pollak, 2008) em ambientes normativos. Os resultados deste estudo tornam-se por isso relevantes para uma compreensão mais completa do funcionamento e das capacidades das crianças que se desenvolvem em meios adversos e imprevisíveis, sendo o primeiro estudo a investigar nestas os comportamentos de deteção da ameaça e o viés de atribuição hostil, em condições de *stress* e sem *stress*. Adicionalmente, realça a importância da elaboração de programas de intervenção que atendam às funções adaptativas das características de crianças que se desenvolvem em meios adversos e imprevisíveis. Por exemplo, para melhorar o rendimento académico poder-se-ia integrar informação relevante para a criança, como realizado no estudo de Dang e colaboradores (2016). Desta forma, sugerimos que futuras pesquisas invistam no estudo das capacidades de crianças que se desenvolvem em meios adversos e imprevisíveis, tentando colmatar as limitações presentes nesta investigação. Poder-se-á assim contribuir para a mudança da perspetiva predominante de défice no funcionamento destas crianças e para a promoção de programas de intervenção mais eficazes e ajustadas às mesmas.

Referências

- Adamkovič, M., & Martončík, M. (2017). A review of consequences of poverty on economic decision-making: A hypothesized model of a cognitive mechanism. *Frontiers in Psychology, 8*(1784), 1–13. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01784>
- Barrish, H. H., Saunders, M., & Wolf, M. M. (1969). Good behavior game: effects of individual contingencies for group consequences on disruptive behavior in a classroom. *Journal of Applied Behavior Analysis, 2*(2), 119–124. <https://doi.org/10.1901/jaba.1969.2-119>
- Brooks-Gunn, J., & Duncan, G. J. (1997). The effects of poverty on children. *The Future of Children, 7*(2), 55-71. <https://dx.doi.org/10.2307/1602387>
- Castro, B. O., Slot, N. W., Bosch, J. D., Koops, W., & Veerman, J. W. (2003). Negative feelings exacerbate hostile attributions of intent in highly aggressive boys. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology, 32*(1), 56-65. https://doi.org/10.1207/S15374424JCCP3201_06
- Crick, N. R. (1995). Relational aggression: The role of intent attributions, feelings of distress, and provocation type. *Development and Psychopathology, 7*(2), 313-322. <https://doi.org/10.1017/S0954579400006520>
- Crick, N. R., & Dodge, K. A. (1994). A review and reformulation of social information-processing mechanisms in children's social adjustment. *Psychological Bulletin, 115*(1), 74-101. <http://dx.doi.org/10.1037/0033-2909.115.1.74>
- Daly, M., & Wilson, M. (2005). Carpe diem: Adaptation and devaluing the future. *The Quarterly Review of Biology, 80*(1), 55–60. <https://doi.org/10.1086/431025>
- Damjanovic, L., Pinkham, A. E., Clarke, P., & Phillips, J. (2014). Enhanced threat detection in experienced riot police officers: Cognitive evidence from the face-in-the-crowd effect. *Quarterly Journal of Experimental Psychology, 67*(5), 1004–1018. <https://doi.org/10.1080/17470218.2013.839724>
- Dang, J., Xiao, S., Zhang, T., Liu, Y., Jiang, B., & Mao, L. (2016). When the poor excel: Poverty facilitates procedural learning. *Scandinavian Journal of Psychology, 57*(4), 288–291. <https://doi.org/10.1111/sjop.12292>
- De Sonnevile, L. M. J., Verschoor, C. A., Njikiktjen, C., Op het Veld, V., Toorenaar, N., & Vranken, M. (2003). Facial identity and facial emotions: Speed, accuracy, and processing strategies in children and adults. *Journal of Clinical and Experimental Neuropsychology, 24*(2), 200–213. <https://doi.org/10.1076/jcen.24.2.200.989>
- Dodge, K. A. (2006). Translational science in action: Hostile attributional style and the development of aggressive behavior problems. *Development and Psychopathology, 18*, 791-814. <http://dx.doi.org/10.1017/S0954579406060391>
- Dodge, K. A., Malone, P. S., Lansford, J. E., Sorbring, E., Skinner, A. T., Tapanya, S., ... Pastorelli, C. (2015). Hostile attributional bias and aggressive behavior in global context. *Proceedings of the National Academy of Sciences, 112*(30), 9310–9315. <https://doi.org/10.1073/pnas.1418572112>
- Dodge, K. A., Murphy, R. R., & Buchsbaum, K. (1984). The assessment of intention-cue detection skills in children: Implications for developmental psychopathology. *Child Development, 55*(1), 163-173. <https://dx.doi.org/10.2307/1129842>
- Dodge, K. A., & Somberg, D. R. (1987). Hostile attributional biases among aggressive boys are exacerbated under conditions of threats to the self. *Child Development, 58*(1), 213–224. <https://dx.doi.org/10.2307/1130303>

- Egger, H. L., Pine, D. S., Nelson, E., Leibenluft, E., Ernst, M., Towbin, K. E., ... & Angold, A. (2011). The NIMH child emotional faces picture set (NIMH-ChEFS): A new set of children's facial emotion stimuli. *International Journal of Methods in Psychiatric Research*, 20(3), 145-156. <https://doi.org/10.1002/mpr.343>
- Ein-Dor, T., & Perry, A. (2014). Full house of fears: Evidence that people high in attachment anxiety are more accurate in detecting deceit. *Journal of Personality*, 82(2), 83-92. <https://doi.org/10.1111/jopy.12035>
- Ellis, B. J., Bianchi, J., Griskevicius, V., & Frankenhuis, W. E. (2017). Beyond risk and protective factors: An adaptation-based approach to resilience. *Perspectives on Psychological Sciences*, 12(4), 561-587. <http://dx.doi.org/10.1177/1745691617693054>
- Ellis, B. J., Del Giudice, M., Dishion, T. J., Figueredo, A. J., Gray, P., Griskevicius, V., . . . Wilson, D. S. (2012). The evolutionary basis of risky adolescent behavior: Implications for science, policy, and practice. *Developmental Psychology*, 48(3), 598-623. <http://dx.doi.org/10.1037/a0026220>
- Felitti, V. J., Anda, R. F., Nordenberg, D., Williamson, D. F., Spitz, A. M., Edwards, V., . . . Marks, J. S. (1998). Relationship of childhood abuse and household dysfunction to many of the leading causes of death in adults: The adverse childhood experiences (ACE) study. *American Journal of Preventive Medicine*, 14(4), 245-258. [https://doi.org/10.1016/S0749-3797\(98\)00017-8](https://doi.org/10.1016/S0749-3797(98)00017-8)
- Fernald, A., Marchman, V. A., & Weisleder, A. (2013). SES differences in language processing skill and vocabulary are evident at 18 months. *Developmental Science*, 16(2), 234-248. <https://dx.doi.org/10.1111/desc.12019>
- Fite, J. E., Bates, J. E., Holtzworth-Munroe, A., Dodge, K. A., Nay, S. Y., & Pettit, G. S. (2008). Social information processing mediates the intergenerational transmission of aggressiveness in romantic relationships. *Journal of Family Psychology*, 22(3), 367-376. <http://dx.doi.org/10.1037/0893-3200.22.3.367>
- Fleiss, J. L. (1981). Balanced incomplete blocks designs for inter-rater reliability studies. *Applied Psychological Measurement*, 5(1), 105-112. <https://doi.org/10.1177/014662168100500115>
- Frankenhuis, W. E., Panchanathan, K., & Nettle, D. (2016). Cognition in harsh and unpredictable environments. *Current Opinion in Psychology*, 7, 76-80. <http://dx.doi.org/10.1016/j.copsyc.2015.08.011>
- Frankenhuis, W. E., Roelofs, M. A., & Vries, S. A. (2018). Does exposure to psychosocial adversity enhance deception detection ability? *Evolutionary Behavioral Sciences*, 12(3), 218-229. <http://dx.doi.org/10.1037/ebs0000103>
- Frankenhuis, W. E., & Weerth, C. (2013). Does early-life exposure to stress shape or impair cognition? *Current Directions in Psychological Science*, 22(5), 407-412. <http://dx.doi.org/10.1177/0963721413484324>
- Guy, A., Lee, K., & Wolke, D. (2017). Differences in the early stages of social information processing for adolescents involved in bullying. *Aggressive Behavior*, 43(6), 578-587. <https://doi.org/10.1002/ab.21716>
- Haller, J., Harold, G., Sandi, C., & Neumann, I. D. (2014). Effects of adverse early-life events on aggression and anti-social behaviors in animals and humans. *Journal of Neuroendocrinology*, 26(10), 724-738. <https://doi.org/10.1111/jne.12182>
- Herba, C., & Phillips, M. (2004). Annotation: Development of facial expression recognition from childhood to adolescence: behavioral and neurological perspectives. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 47(7), <https://dx.doi.org/1185-1198>. [10.1111/j.1469-7610.2004.00316.x](https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2004.00316.x)
- Humphreys, K. L., Lee, S. S., Telzer, E. H., Gabard-Durnam, L. J., Goff, B., Flannery, J., . . . Tottenham, N. (2015). Exploration-exploitation strategy is dependent on early experience. *Developmental Psychobiology*, 57(3), 313-321. <http://dx.doi.org/10.1002/dev.21293>

- Kraus, M. W., Côté, S., & Keltner, D. (2010). Social class, contextualism, and empathetic accuracy. *Psychological Science, 21*(11), 1716-1723. <http://dx.doi.org/10.1177/0956797610387613>
- Kruger, D. J., Reischl, T., & Zimmerman, M. A. (2008). Time perspective as a mechanism for functional developmental adaptation. *Journal of Social, Evolutionary, and Cultural Psychology, 2*(1), 1-22. <http://dx.doi.org/10.1037/h0099336>
- LoBue, V. (2009). More than just another face in the crowd: Superior detection of threatening facial expressions in children and adults. *Developmental Science, 12*(2), 305-313. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7687.2008.00767.x>
- Matheny, A. P., Wachs, T. D., Ludwig, J. L., & Phillips, K. (1995). Bringing order out of chaos: Psychometric characteristics of the confusion, hubbub, and order scale. *Journal of Applied Developmental Psychology, 16*(3), 429-444. [https://doi.org/10.1016/0193-3973\(95\)90028-4](https://doi.org/10.1016/0193-3973(95)90028-4)
- Mathieson, L. C., Murray-Close, D., Crick, N. R., Woods, K. E., Zimmer-Gembeck, M., Geiger, T. C., . . . Morales, J. R. (2011). Hostile intent attributions and relational Aggression: The moderating role of emotional sensitivity, gender, and victimization. *Journal of Abnormal Child Psychology, 39*, 977-987. <https://doi.org/10.1007/s10802-011-9515-5>
- Masten, C. L., Guyer, A. E., Hodgdon, H., McClure, E. B., Charney, D. S., Ernst, M., . . . Monk, C. S. (2008). Recognition of facial emotions among maltreated children with high rates of post-traumatic stress disorder. *Child Abuse & Neglect, 32*(1), 139-153. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2007.09.006>
- McClure, S. M., Laibson, D. I., Loewenstein, G., & Cohen, J. D. (2004). Separate neural systems value immediate and delayed monetary rewards. *Science, 306*(5695), 503-507. <https://dx.doi.org/10.1126/science.1100907>
- McDermott, J. M., Westerlund, A., Zeanah, C. H., Nelson, C. A., & Fox, N. A. (2012). Early adversity and neural correlates of executive function: Implications for academic adjustment. *Developmental Cognitive Neuroscience, 2*(2), 290-291. <https://doi.org/10.1016/j.dcn.2011.09.008>
- Miller, L. E. (2015). Perceived threat in childhood: A review of research and Implications for children living in violent households. *Trauma, Violence, & Abuse, 16*(2), 153-168. <https://doi.org/10.1177/1524838013517563>
- Mittal, C., Griskevicius, V., Simpson, J. A., Sung, S., & Young, E. S. (2015). Cognitive adaptations to stressful environments: When childhood adversity enhances adult executive function. *Journal of Personality and Social Psychology, 109*(4), 604-621. <http://dx.doi.org/10.1037/pspi0000028>
- Oomen, C. A., Soeters, H., Audureau, N., Vermunt, L., Hasselt, F. N., Manders, E. M., . . . Krugers, H. (2010). Severe early life stress hampers spatial learning and neurogenesis, but improves hippocampal synaptic plasticity and emotional learning under high-stress conditions in adulthood. *The Journal of Neuroscience, 30*(19), 6635-6645. <https://dx.doi.org/10.1523/JNEUROSCI.0247-10.2010>
- Pinto, R., Correia, L., & Maia, A. (2014). Assessing the reliability of retrospective reports of adverse childhood experiences among adolescents with documented childhood maltreatment. *Journal of Family Violence, 29*(4), 431-438. <https://doi.org/10.1007/s10896-014-9602-9>
- Pinkham, A. E., Griffin, M., Baron, R., Sasson, N. J., & Gur, R. C. (2010). The face in the crowd effect: Anger superiority when using real faces and multiple identities. *Emotion, 10*(1), 141-146. <https://dx.doi.org/10.1037/a0017387>
- Pollak, S. D. (2008). Mechanisms linking early experience and the emergence of emotions: Illustrations from the study of maltreated children. *Current Directions in Psychological Science, 17*(6), 370-375. <https://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8721.2008.00608.x>
- Pollak, S. D., Cicchetti, D., Hornung, K., & Reed, A. (2000). Recognizing emotion in faces: Developmental effects of child abuse and neglect. *Developmental Psychology, 36*(5), 679-688. <https://dx.doi.org/10.1037//0012-1649.36.5.679>

- Pollak, S. D., Messner, M., Kistler, D. J., & Cohn, J. F. (2009). Development of perceptual expertise in emotion recognition. *Cognition*, *110*(2), 242–247. <https://dx.doi.org/10.1016/j.cognition.2008.10.010>
- Pollak, S. D., Nelson, C. A., Schlaak, M. F., Roeber, B. J., Wewerka, S. S., Wiik, K. L., . . . Gunnar, M. R. (2010). Neurodevelopmental effects of early deprivation in postinstitutionalized children. *Child Development*, *81*(1), 224 – 236. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2009.01391.x>
- Raver, C. C., Blair, C., Garrett-Peters, P., & Family Life Project Key Investigators. (2015). Poverty, household chaos, and interparental aggression predict children's ability to recognize and modulate negative emotions. *Development and Psychopathology*, *27*(3), 695-708. <https://doi.org/10.1017/S0954579414000935>
- Suor, J. H., Sturge-Apple, M. L., Davies, P. T., & Cicchetti, D. (2017). A life history approach to delineating how harsh environments and hawk temperament traits differentially shape children 's problem-solving skills. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *58*(8), 902-909. <https://dx.doi.org/10.1111/jcpp.12718>
- Whalen, P. J. (1998). Fear, vigilance, and ambiguity: Initial neuroimaging studies of the human amygdala. *Current Directions in Psychological Science*, *7*, 177–188. <https://doi.org/10.1111/1467-8721.ep10836912>

Anexo

Comprovativo de Submissão da Dissertação de Mestrado à Comissão de Ética

De seguida apresento os e-mails que comprovam a submissão da Dissertação de Mestrado à Comissão de Ética da Universidade do Minho, demonstrando que o mesmo ainda se encontra em análise:

De: Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) <ceicsh@reitoria.uminho.pt>
Para: Paula Cristina Marques Martins <pcmartins@psi.uminho.pt>
Cc: Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) <ceicsh@reitoria.uminho.pt>
Assunto: Processo CEICSH 018/2019 - Processamento de Informação Social em Crianças de Ambientes Adversos e Imprevisíveis

Estimada Prof. Paula Cristina Martins,

Recebi o seu email, que agradeço.
Relativamente à documentação que deve integrar o processo, efetuada análise ao que foi enviado, solicitamos:

b) Documentos a anexar:

- i. Cópia dos questionários ou formulários de recolha de dados a utilizar, quando aplicável; sim
- ii. Modelo de consentimento informado, de acordo com as declarações, diretivas e regulamentos internacionais, europeus e nacionais, se aplicável, devidamente ajustado linguística e culturalmente às populações a que é dirigido; sim
- iii. Declaração do(s) responsável(eis) pelo projeto, explicitando que os dados obtidos são confidenciais e usados apenas no âmbito do estudo em questão; deve utilizar o formulário atualizado porque disponibiliza o espaço para assinatura
- iv. Modelo de declaração de compromisso para outros investigadores ou colaboradores na investigação, se aplicável, destinada a documentar o seu envolvimento nas garantias de confidencialidade dadas pelo(s) responsável(eis) do projeto no âmbito do processo apresentado; pode optar por todos os investigadores assinarem o formulário
- v. Informação a que se refere o número 3 do artigo 4.º das normas orientadoras da CEICSH, sobre o enquadramento, apoio e viabilidade do projeto, facultada pelo responsável da unidade/subunidade orgânica (centro de investigação) onde se vai desenvolver o projeto e/ou onde serão recolhidos os dados; em falta no processo
- vi. Declaração do(s) orientador(es) científico(s) do estudo, se aplicável, de acordo com o estabelecido no número 4 do artigo 4.º das normas orientadoras da CEICSH – Parecer do orientador Científico; em falta no processo
- vii. Cópia de notificações a autoridades nacionais (e.g., Direção-Geral da Educação, no caso dos inquéritos em ambiente escolar) europeias ou internacionais competentes, se aplicável, juntamente com o parecer/autorização das mesmas, se emitido; sim
- viii. Curriculum vitae resumido do(s) responsável(eis) pelo projeto e dos restantes membros da equipa de investigação. Só recebemos o CV da investigadora responsável, falta o da professora, enquanto orientadora do estudo

Após receção de toda a documentação o processo será objeto de análise.

Cordiais cumprimentos
Isabel Monteiro



Universidade do Minho

Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH)
Universidade do Minho
Complexo Pedagógico 2, Piso 0
Campus de Gualtar
4710-057 Braga
Tel: (+351) 253 601700
E-mail: ceicsh@reitoria.uminho.pt

De: Paula Cristina Marques Martins

Para: Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH)
<ceicsh@reitoria.uminho.pt>

Assunto: RE: Processo CEICSH 018/2019 - Processamento de Informação Social em Crianças de Ambientes Adversos e Imprevisíveis

Cara Isabel,

Vários dos documentos agora solicitados foram enviados como anexo num ficheiro único designado "Instrumentos", que volto a enviar.

Por lapso, apenas não incluí a Cópia de notificações a autoridades nacionais (e.g., Direção-Geral da Educação, no caso dos inqueritos em ambiente escolar), agora anexada.

Com os melhores cumprimentos

Paula Cristina Martins

Escola de Psicologia
Universidade do Minho
Campus de Gualtar
4710-057 BRAGA

De: Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH)
<ceicsh@reitoria.uminho.pt>

Para: Paula Cristina Marques Martins <pcmartins@psi.uminho.pt>

Cc: Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH)
<ceicsh@reitoria.uminho.pt>

Assunto: Processo CEICSH 018/2019 - Processamento de Informação Social em Crianças de Ambientes Adversos e Imprevisíveis

Prof. Paula Cristina Martins,

Confirmo a receção do seu email e comunico a referência atribuída ao processo: CEICSH 018/2019. Solicito que a mesma se mantenha na troca de mensagens que considerar pertinentes com a Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH), no campo assunto.

Aproveito ainda para solicitar o envio da documentação em falta no processo.

b) Documentos a anexar:

- i. Cópia dos questionários ou formulários de recolha de dados a utilizar, quando aplicável;

- ii. Modelo de consentimento informado, de acordo com as declarações, diretivas e regulamentos internacionais, europeus e nacionais, se aplicável, devidamente ajustado linguística e culturalmente às populações a que é dirigido;
- iii. Declaração do(s) responsável(eis) pelo projeto, explicitando que os dados obtidos são confidenciais e usados apenas no âmbito do estudo em questão;
- iv. Modelo de declaração de compromisso para outros investigadores ou colaboradores na investigação, se aplicável, destinada a documentar o seu envolvimento nas garantias de confidencialidade dadas pelo(s) responsável(eis) do projeto no âmbito do processo apresentado;
- v. Informação a que se refere o número 3 do artigo 4.º das normas orientadoras da CEICSH, sobre o enquadramento, apoio e viabilidade do projeto, facultada pelo responsável da unidade/subunidade orgânica (centro de investigação) onde se vai desenvolver o projeto e/ou onde serão recolhidos os dados;
- vi. Declaração do(s) orientador(es) científico(s) do estudo, se aplicável, de acordo com o estabelecido no número 4 do artigo 4.º das normas orientadoras da CEICSH – Parecer do orientador Científico;
- vii. Cópia de notificações a autoridades nacionais (e.g., Direção-Geral da Educação, no caso dos inquéritos em ambiente escolar) europeias ou internacionais competentes, se aplicável, juntamente com o parecer/autorização das mesmas, se emitido;
- viii. *Curriculum vitae* resumido do(s) responsável(eis) pelo projeto e dos restantes membros da equipa de investigação.

Após receção de toda a documentação o processo será objeto de análise.

Cordiais cumprimentos
Isabel Monteiro

P.S. - na sequência da Divulgação dos documentos de suporte à atuação e funcionamento do Conselho de Ética da UMinho (CEUMinho) e das suas Comissões Especializadas, aproveito para enviar:

- Regulamento Interno do Conselho de Ética da UMinho
- Normas Orientadoras e Guião da Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas
- Formulário de Caracterização e Identificação do projeto, atualizado;
- Minuta de declaração de compromisso.



Universidade do Minho

Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH)
Universidade do Minho
Complexo Pedagógico 2, Piso 0
Campus de Gualtar
4710-057 Braga

Tel: (+351) 253 601700
E-mail: ceicsh@reitoria.uminho.pt

PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÃO SOCIAL

De: Paula Cristina Marques Martins

Para: Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH)
<ceicsh@reitoria.uminho.pt>

Assunto: Pedido de apreciação de projeto de investigação

Exmo. Senhor Vice-Reitor,

Submeto o projeto de investigação em anexo, em desenvolvimento no âmbito de uma dissertação de mestrado por mim orientada, à apreciação da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho.

Com os melhores cumprimentos

Paula Cristina Martins

Escola de Psicologia
Universidade do Minho
Campus de Gualtar
4710-057 BRAGA